



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia seis de junho de dois mil e dezessete, às nove horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Guedes – Presidente, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo – Vice-Presidente e Alessandro Luiz Bonifácio – 1º Secretário. Senhor Presidente: “eu gostaria que vocês colaborassem com os trabalhos. Não adianta nada o Secretário ler o que tem que ser lido, com a gritaria, vocês não vão entender nada. Calma. Nós não estamos aqui para prejudicar ninguém. Só que eu não vou render muito assunto, os vereadores, eu tenho certeza, têm compromisso com a cidade. Pelo andar da carruagem, vocês serão ouvidos não hoje. Calma, calma. Eu acho que todos vocês são educados, vocês sabem como funciona a Câmara, então, eu vou tocar a reunião. Estou dizendo que nós vamos ter a oportunidade de a Câmara e os vereadores marcarem uma reunião com o Sindicato, com quem é de direito, para [a gente](#) ver as demandas. Pediria a colaboração, não adianta gritar porque ele vai ler e vocês não vão entender”. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo novalimense, declarou aberta a reunião. Em seguida, convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia trinta de maio de dois mil e dezessete foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário



aprovou a Ata por dez votos. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura da proposição que deu entrada na Casa: Projeto de Lei nº 1.642/2017, autoria do Poder [Executivo](#), que “Institui Regime Jurídico Único para os servidores da Administração Pública Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Lima, institui e dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Lima e dá outras providências”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, excelência. Tendo em vista a urgência da matéria...”. Senhor Presidente: “assim eu não tenho condições de dirigir a reunião porque eu não estou ouvindo o que o vereador está dizendo”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “tendo em vista a urgência da matéria e a notoriedade que já foi tomada por todo o projeto que já foi apresentado, eu venho requerer a Vossa Excelência que consulte o Plenário quanto à dispensa de pareceres, interstícios e colocar em primeira e segunda votação nesta sessão plenária”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu acho que esta Casa brinca com tudo aquilo que [a gente](#) acredita. Semana passada teve um fato na Casa que um projeto simples do vereador Álvaro, eu concordei com outro vereador que não poderia ser naquela data votado, uma vez que [a gente](#) desconhecia o projeto que, se eu não me engano, era de três, quatro páginas. Hoje nós estamos discutindo um projeto de duzentos e dezoito artigos, que encerra um pouco mais sério, ele corta lei de mil, novecentos e setenta e oito, e que nós desconhecemos. Talvez nesta data hoje se eu maldosamente escolhesse dois vereadores para [a gente](#) discutir esse projeto, com certeza, vocês diriam assim: ‘o vereador Flávio de Almeida é covarde’. Porque o tempo não dá para [a gente](#) nem sequer



pensar. Eu, enquanto servidor público estadual, em mil, novecentos e noventa e sete, nós fomos para a rua porque cortou um item nosso, um único item. Hoje [a gente](#) brinca, por quê? Semana retrasada discutíamos com a Câmara dos Deputados, que lá tem muito mais ladrão porque são quinhentos e treze deputados, [a gente](#) discutia o assunto, mas pelo menos lá, eles estão passando por todas as comissões os projetos, todas as comissões, todos de qualquer corte eles passam pelas comissões, todas. Agora, a nossa Casa com dez vereadores, nós discutimos isso a vida inteira. Aí a última eleição o povo apostou numa renovação, aí as práticas são as mesmas de atropelar, de passar por cima? Será que se hoje tivesse um projeto nesta Casa como no início, em janeiro, para reduzir para dez milhões os gastos desta Casa, quantos concordariam? Mas nós nos calamos. Há trinta dias atrás, de novo, discuti a redução dos cargos de onze mil desta Casa, todos discordaram, porque? Porque são cortes”. Senhor Presidente: “estou pedindo a colaboração”. Vereador Flávio de Almeida: “e o ser humano em si, não é o vereador não, você só sente quando é na sua carne. Então, se hoje, aceitarmos votar esse projeto hoje, vocês estarão atropelando os servidores, tirando benefícios e mantando uma cidade porque quando você tira do bolso do servidor, você mata o comércio da cidade. O desemprego nos comércios vai chegar a tanto que vai atingir esta Casa e os cortes serão nesta Casa. Então, senhores, eu vou rogar aos senhores que antes de qualquer pedido meu, que vocês passem pelas comissões o projeto, estou rogando aos senhores; é o mínimo. O país pede transparência. Vocês vieram porque o povo acreditou numa renovação. Então, o país pede transparência”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de



Azevedo: “vereador, o senhor me dá um aparte?”. Vereador Flávio de Almeida: “com certeza, vereador”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu me posicionei ontem para o prefeito que não concordo com a votação desse projeto hoje. Não esperem de mim um posicionamento populista e irresponsável, eu vou me basear legalmente na minha opinião. Eu sou presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas da Casa, eu quero ser ouvido da mesma forma que eu espero que os servidores também sejam ouvidos. Na semana passada e eu acho que por providência divina, o senhor mesmo colocou que um projeto de lei de minha autoria entrou em pauta, que dá utilidade pública para os Bombeiros Civis que desempenham um trabalho excepcional no município, eu tenho certeza que vai ser aprovado, mas sabiamente um vereador solicitou que o procedimento fosse seguido, ele foi até um pouco questionado no momento, mas com toda razão, ele se posicionou corretamente. O procedimento, foi isso que eu pedi para o prefeito: vamos seguir o rito. Quando na eleição nós nos propusemos como candidatos, percorremos a cidade, [a gente](#) sabia que esse momento de proposta de reajuste para o servidor público seria proposto, esse momento ia chegar. Vamos viver esse momento como deve ser vivido, vamos respeitar o procedimento, o passo a passo, não tem porque ter atropelo. É a vida de quatro mil famílias que nós estamos tratando aqui, mesmo que fosse de uma pessoa. O que eu estou pedindo, pessoal, e aí eu faço [realmente](#) um apelo para os vereadores, é que [a gente](#) seja respeitoso com as pessoas, é só isso. E aí eu quero, se me for permitido, eu quero aqui, é uma página só. Para eu não me perder, eu fiz aqui um apontamento, é uma página só. Só



pedir um pouquinho de paciência, para justificar essa minha posição. O Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Lima é a norma que rege o processo legislativo municipal, devendo, portanto, ser observado em sua integridade, sob pena de descumprir o princípio de devido processo legislativo. Nesse sentido, um projeto de lei, ainda que tramite em regime de urgência, como é o caso desse projeto, não pode ser apresentado e aprovado em uma mesma reunião. Qualquer proposição só pode entrar na Ordem do Dia para fins de votação, desde que observadas as disposições regimentais e com os pareceres das Comissões às quais for distribuída. E eu estou me referindo ao Art. 80, § 2º e também Art. 158 do Regimento Interno da Câmara Municipal. Não há como um projeto de lei ser aprovado sem passar, no mínimo, pela Comissão de Legislação e Justiça, e eu falei isso para todos os vereadores ontem, já que compete a essa Comissão manifestar-se sobre todos os assuntos, quanto à constitucionalidade. Isso está previsto no Art. 99, inciso 12 do Regimento Interno da Câmara Municipal. As reuniões da referida Comissão, quando ordinárias, ocorrem em dia e hora pré-fixados, e quando extraordinárias, por convocação do Presidente. Art. 119 do Regimento Interno da Câmara Municipal. É certo que essa Comissão não se reuniu para deliberar sobre o projeto de lei do Executivo protocolizado na Câmara no dia 02/06/2017, ou seja, sexta-feira da semana passada, e que eu tive acesso a ele ontem, na hora do almoço. Não se pode nem mesmo admitir que a Comissão emita o seu parecer na sessão plenária, já que, no caso em tela, ele será necessariamente escrito, não verbal. Somente pareceres referentes a requerimentos e em emenda à redação final podem ser orais. Art. 142 do



Regimento Interno. Nem o regime de urgência de tramitação justifica a dispensa de parecer. Art.130 do Regimento. O parecer nunca será dispensado, nem mesmo por requerimento, sujeito à deliberação da Presidência ou do Plenário. Arts. 197 e 198 do Regimento. Veja que a dispensa de interstício mediante requerimento é expressamente prevista como passível de requerimento (Art. 209), o que não se admite para os pareceres, o que foi solicitado aqui hoje, ou seja, o Regimento não prevê essa solicitação. Importante ressaltar que a praxe legislativa não pode alterar norma expressa do Regimento Interno, cuja interpretação não seja duvidosa. Desta forma, a regra de que “o plenário é soberano”, além de não constar do Regimento Interno, não pode alterar tal regramento, exceto por meio de resolução. Apenas nos casos omissos essa regra costumeira pode ser invocada. Arts. 250 e 253. Ou seja, o Plenário só é soberano em caso de dúvida, quando o Regimento é claro não existe de que o “o plenário é soberano”. Sobre a necessidade indispensável do parecer da Comissão de Legislação e Justiça e sobre a impossibilidade de dispensá-lo, não há omissão regimental. Portanto, o Parecer da Comissão de Legislação e Justiça não pode ser considerado como mera formalidade ou burocracia. A votação de proposição no mesmo dia de sua apresentação, considerando que os vereadores tiveram acesso a ela apenas no dia anterior, retira do Poder Legislativo a sua função legislativa, já que impede a proposição de emendas destinadas a aperfeiçoar a iniciativa do Executivo. Portanto, eu peço, Senhor Presidente, ao contrário do que foi proposto, que nós façamos uma reunião das comissões e aí eu não discordo do parecer em conjunto, que se faça uma reunião das três comissões em



conjunto, uma reunião aberta com a participação da população e das entidades de classe de interesse”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu concedi para ele um aparte, só para eu terminar, por favor”. Senhor Presidente: “sim, senhor”. Vereador Flávio de Almeida: “e quando fala com a falta de respeito, vereador Álvaro, o senhor foi no ponto exato, é falta de respeito mesmo. Inclusive, veja bem, o vereador José Guedes pediu no início do ano informações à prefeitura, depois o vereador Álvaro fez alguns pedidos também. Infringindo esta administração o artigo setenta e cinco. Os vereadores conhecem o artigo setenta e cinco? Lógico que não. Senhor Presidente, eu disse que no início do ano, o senhor pediu informações à prefeitura, depois o vereador Álvaro também fez o mesmo pedido um pouco mais amplo, e isso não foi atendido, atingindo assim o Poder [Executivo](#) o artigo setenta e cinco, que são infrações político-administrativas do prefeito, sujeitas a julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato. Mas aí, gente, é um pouco mais sério, porque se desrespeita o servidor hoje, está desrespeitando eles hoje, vocês já foram desrespeitados há tempo atrás. Então, se hoje, Presidente, não passar pelas comissões, o pedido do vereador Álvaro é justo, se não passar, o desrespeito continua. Eu acho que os senhores não terão condições de chegar em casa e olhar para os seus familiares porque não tem como. Eu quando eu sou desrespeitado, eu sinto mal. Então, Senhor Presidente, só para eu terminar, eu queria rogar aos meus pares hoje que vocês, no mínimo, tenham a decência de respeitar cada servidor que está aqui hoje, e esse poder a Mesa tem. Obrigado”. Senhor Presidente: “seguindo o Regimento da Casa, vou



consultar o Plenário sobre o pedido do vereador Wesley de Jesus. Os que forem contra a solicitação do vereador Wesley de Jesus Silva, a dispensa, permaneçam em pé”.

Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, questão de ordem. O senhor não colocou em discussão não, Presidente. Questão de ordem, o senhor não colocou em discussão, questão de ordem”. Senhor Presidente: “é direito do vereador. Com a palavra o vereador Coxinha. Aqui rege o regime democrático, sempre foi assim comigo na Presidência. Coloco em discussão, com a palavra o vereador Alessandro Bonifácio”.

Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “senhores vereadores, público presente. Senhor Presidente, eu concordo com a solicitação do vereador Wesley de Jesus, mas como Presidente da Legislação e Justiça, concordo com o vereador Álvaro e com o vereador soldado Flávio, que seja... Como Presidente da Comissão de Legislação e Justiça, eu concordo, vereador, mas quero que passe pela Comissão de Legislação e Justiça, que é como o vereador Álvaro. Está ok? Então, Álvaro, concordo com você de não aprovar hoje. Tá?”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, é muito mais sério o negócio. Senhor Presidente, o vereador Alessandro Bonifácio é Presidente da comissão, não é isso? Então, acabou a discussão, tem que passar pela comissão”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “é isso que eu quero que passe pela comissão. Eu como Presidente da Legislação e Justiça, eu quero que passe pela comissão”. Senhor Presidente: “os vereadores... Por favor. Os vereadores que forem contra a proposta do vereador Wesley de Jesus permaneçam como estão”. Vereador Flávio de Almeida:

“Senhor Presidente”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, [realmente](#),



cabe discussão”. Senhor Presidente: “o que o senhor falou?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, cabe discussão aqui sim e qual é a proposta? Vereador Flávio vai concordar com o que eu estou falando. Senhor Presidente, é só uma questão de ordem”. Senhor Presidente: “não cortando o que o senhor está dizendo... O senhor quer a palavra?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “quero”. Senhor Presidente: “o senhor não me pediu não”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “então, eu estou pedindo a palavra, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “o senhor não me pediu a palavra não. Com a palavra o vereador”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, qual a proposta do vereador Alessandro Luiz Bonifácio? Conforme o que o vereador Flávio muito bem disse, ele, como presidente de uma comissão, não cabe o senhor colocar em votação se vai ter dispensa de interstícios ou não, porque ele está dizendo que não vai ter, então, pronto, para que vai colocar em votação?”. Vereador Flávio de Almeida: “é o Presidente da comissão”. Senhor Presidente: “o vereador pediu em conjunto”. Vereador Flávio de Almeida: “não”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “deixa eu contribuir?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “mas o vereador não aceitou, Senhor Presidente”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “só para eu contribuir”. Senhor Presidente: “foi em conjunto e eu vou colocar em votação sim”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “só para eu contribuir, Presidente”. Senhor Presidente: “vou colocar”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “o senhor está certo. Presidente, só para contribuir para ficar de fácil entendimento”. Senhor Presidente: “um de cada vez”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de



Azevedo: “a dispensa de parecer não pode ser colocada em votação, mas o parecer em conjunto sim. Então, vamos... Ou seja, acredito que o Presidente está propondo isso: que [a gente](#) vote aqui não a dispensa, mas que se faça o parecer em conjunto”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “aí sim, aí eu concordo”. Vereador Tiago Almeida Tito: “perfeito, é isso aí”. Senhor Presidente: “os vereadores que não concordam com a proposta do vereador Wesley de Jesus...”. Vereador Flávio de Almeida: “não, Senhor Presidente, não é isso não. Questão de ordem, só um minuto. Me dá um minuto, pode? Posso? Senhor Presidente, a proposta que o vereador colocou caiu sobre terra quando o Presidente da comissão disse que ele não concorda. Então, agora, a segunda votação é o parecer conjunto. A dele já terminou porque o Presidente assim ele não deseja”. Senhor Presidente: “os vereadores que concordam com o parecer conjunto permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. As comissões farão os pareceres em conjunto”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, aí eu quero... Posso? Perdão”. Senhor Presidente: “encaminho o projeto às comissões”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, podia aproveitar o momento, tem um pedido que Tiago Tito começou lá atrás, mas acho que ele não falou ainda, poderia aproveitar, chamar o Sindicato e as pessoas para discutirem este projeto essa semana. Está certo?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, questão de ordem”. Senhor Presidente: “um momento. Isso eu disse no início da reunião, vereador”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, questão de ordem, por favor. Bom dia a todos, primeiramente. De forma nenhuma, e eu vou ser bem breve na minha fala aqui, de forma nenhuma, eu vou



vir aqui querer ganhar palanque aqui nesse momento, que não é momento de palanque.

Eu acho que todos, a cidade inteira sabe que é necessário [a gente](#) debater esse tema com muita responsabilidade, só isso. Eu fiz uma proposta lá atrás e aqui foi atropelada, quem chega primeiro faz. E eu fiz em conjunto com o Silvânio, de fazer aí, não é uma audiência pública, não é nada disso, não é uma audiência pública, que não vai dar tempo. Mas aí, Érika, e aí eu estou falando com você, vinculado a você, diretamente a você, sem demagogia, sem populismo, sem radicalismo, que você escolha entre vocês servidores, um delegado, um representante do Sindicato e outros que não são representantes, exemplo, cinco por categoria, para um diálogo que eu e Silvânio nos propomos a fazer e acredito que outros também vão querer fazer. É um diálogo responsável; tá, Érika? E aqui [a gente](#) não quer colocar ninguém numa situação comprometedora, nem vocês, nem [a gente](#). E espero que vocês que estão aí desse lado, que nós estamos do mesmo lado, do lado da cidade, nós estamos do mesmo lado. E você sabe muito bem que são necessárias algumas readequações, você entende isso perfeitamente, que você já externou isso algumas vezes. Então, é só para [a gente](#) ter esse diálogo aí. Sem dúvida, sem dúvida nenhuma. Então, aí é só ressaltando isso que [a gente](#) já tinha falado, eu e o Silvânio, isso lá atrás e até o Álvaro também tinha mencionado. Está bom? É só para vocês saberem disso aí também. Obrigado, Flávio, por você ter citado. Está bom? Obrigado”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, o senhor já podia agendar a data; não é, Álvaro? O senhor mesmo agendar para nós. Sexta-feira, o que o senhor acha? Quinta-feira, sexta-feira”. Senhor



Presidente: “a reunião com o Sindicato?”. Vereador Flávio de Almeida: “é”. Senhor Presidente: “poderá ser amanhã para [a gente](#) ganhar tempo”. Vereador Flávio de Almeida: “amanhã não. Pode ser quinta? Quinta-feira, Presidente, pode ser?”. Senhor Presidente: “quinta-feira... Um momento, gente, um momento, eu vou marcar aqui. Por favor, por favor”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, será que o senhor poderia conceder minuto para a Érika só falar da data, por favor”. Senhor Presidente: “não, calma”. Vereador Flávio de Almeida: “só um minuto, pode?”. Senhor Presidente: “nós vamos votar primeiro e eu dou a palavra”. Vereador Flávio de Almeida: “tá, beleza, então tá”. Senhor Presidente: “os vereadores que concordam com o parecer conjunto, estou repetindo, permaneçam como estão. Dez votos favoráveis. Quero dizer o seguinte, que nós podemos marcar sim para sexta, dezesseis horas, na Câmara Municipal”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, questão de ordem em relação à marcação. Eu queria pedir a gentileza que o senhor, como Presidente da Casa, convocasse também o instituto que fez toda a análise da matéria aqui para que fosse apresentado também”. Senhor Presidente: “eu pediria à secretária para fazer o favor de anotar. Hoje mesmo nós faremos o ofício solicitando”. Vereador Tiago Almeida Tito: “obrigado, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “então, sexta-feira, dezesseis horas, na Câmara Municipal. Gente, pelo amor de Deus, vocês são educados, vocês não são pessoas que andam atropelando as coisas na cidade não. Calma aí, eu vou dar a palavra. Pelo amor de Deus. O que vocês queriam, o que o Sindicato queria, conseguiu, que é o prazo. O que vocês querem mais?”. Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos



Municipais de Nova Lima, Érika Fernanda de Souza Ferreira: “pessoal, bom dia. Primeiramente, eu queria cumprimentar os vereadores e cumprimentar esse pessoal, todos os servidores que estiveram aqui, vocês estão de parabéns. Zé, eu agradeço por marcar a reunião para sexta, às dezesseis horas, mas eu gostaria de fazer um pedido. Complementando o que você falou, Tiago, os servidores também são muito responsáveis e mais do que qualquer um aqui, ele quer também que as coisas aconteçam com muita transparência e muita responsabilidade porque, não faltando com o respeito, mas todos vão passar e nós vamos continuar. Nós já passamos por várias administrações e continuamos aqui lutando para que essa cidade seja essa cidade maravilhosa na qual nós vivemos. Então, nós queremos é isso: lutar por uma cidade melhor. E junto com esse pedido, eu gostaria de fazer o seguinte, um pedido a todos os vereadores: que a prefeitura disponibilizasse o estudo que o vereador Álvaro e o vereador José Guedes pediram para a prefeitura porque sem essas informações é impossível [a gente](#) estudar essa lei. Nós não temos informação nenhuma da prefeitura, como que eles chegaram com esses números? E, além disso, como foi muito pertinente o pedido do Tiago, o contrato dessa empresa porque eu gostaria muito de saber quanto custou esse contrato dessa empresa que fez esse estudo aqui, eu acho que é uma curiosidade de todo servidor público e eu acredito que desta Casa também. Mais uma vez, eu agradeço o espaço”. Senhor Presidente: “terceira parte, discussão e votação...”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, questão de ordem”. Senhor Presidente: “gente, vocês tem que pedir antecipado”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “pela reunião ser



sexta-feira, eu marco a reunião das comissões para dez horas, segunda-feira. Está bom? Eu, como Presidente da Serviços Públicos e Legislação, segunda-feira, dez horas da manhã, dá para vocês, como é sexta”. Senhor Presidente: “que dia?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “segunda-feira, dez horas”. Senhor Presidente: “não, segunda não”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “das três comissões. Eu como Presidente. Está bom?”. Senhor Presidente: “não pode ser antes não?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “está bom? É porque sexta-feira é com o Sindicato e dez horas, aí eu vou marcar para segunda-feira”. Senhor Presidente: “então, fica marcada para segunda-feira”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “está bom dez horas?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Já que as comissões vão ser em conjunto, invés de ser dez horas, que [a gente](#) faça essa reunião em comissão em plenário então, já que é transparência, faça em plenário, dezoito horas, que o povo possa participar, dezoito horas”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “dezoito horas, todo mundo concorda?”. Senhor Presidente: “os vereadores que concordam com a proposta do vereador Wesley de Jesus permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Terceira parte, discussão e votação de indicações, moções e requerimentos: inexistente. Quarta parte, apresentação de oradores inscritos: inexistente. Encerramento: agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos. Bom dia”.

---